



PREFEITURA DE
SAQUAREMA
CADA VEZ MELHOR

CONCURSO PÚBLICO

Assistente Social

Data: 09/08/2015 - Manhã
Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 20	21 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

- Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, régua, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.
- Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

PORTUGUÊS

NÁUFRAGOS DA MODERNIDADE LÍQUIDA

Qual o próximo centro financeiro? Nos séculos XIII e XIV, foi Bruges, com o advento do mercantilismo; nos séculos XIV a XVI, Veneza, com suas corporações marítimas e a conquista do Oriente; no século XVI, Antuérpia, graças à revolução gráfica de Gutenberg.

Em fins do século XVI e início do XVII, foi Gênova, verdadeiro paraíso fiscal; nos séculos XVIII e XIX, Londres, devido à máquina a vapor e à Revolução Industrial; na primeira metade do século XX, Nova York, com o uso da energia elétrica; na segunda, Los Angeles, com o Vale do Silício. Qual será o próximo?

Tudo indica que o poderio econômico dos EUA tende a encolher, suas empresas perdem mercados para a China, a crise ecológica afeta sua qualidade de vida. Caminhamos para um mundo policêntrico, com múltiplos centros regionais de poder.

A agricultura se industrializa, a urbanização invade a zona rural, o tempo é mercantilizado. Há o risco de, no futuro, todos os serviços serem pagos: educação, saúde, segurança e lazer.

Torna-se difícil distinguir entre trabalho, consumo, transporte, lazer e estudo. A vida urbana comprime multidões e, paradoxalmente, induz a solidão. O salário se gasta predominantemente em compra de serviços: educação, saúde, transporte e segurança.

Antes de 2030, todos se conectarão a todas as redes de informação por infraestruturas de alta fluidez, móveis e fixas, do tipo Google. A nanotecnologia produzirá computadores cada vez menores e portáteis. Multiplicar-se-ão os robôs domésticos.

O mundo envelhece. As cidades crescem. Se, de um lado, escasseiam bens insubstituíveis, de outro, produzem-se tecnologias que facilitam a redução do consumo de energia, o tratamento do lixo, o replanejamento das cidades e dos transportes.

O tempo se torna a única verdadeira raridade. Gasta-se menos tempo para produzir e mais para consumir. Assim, o tempo que um computador requer para ser confeccionado não se compara com aquele que o usuário dedicará para usá-lo.

Os produtos postos no mercado são “cronófagos”, isto é, devoram o tempo das pessoas. Basta observar como se usa o telefone celular. Objeto de multiuso, cada vez mais ele se impõe como sujeito com o poder de absorver o nosso tempo, a nossa atenção, até mesmo a nossa devoção.

Ainda que cercados de pessoas, ao desligar o celular nos sentimos exilados em uma ilha virtual. Do outro lado da janelinha eletrônica, o capital investido nas operadoras agradece tão veloz retorno...

Náufragos da modernidade líquida, há uma luta a se travar no que se refere à subjetividade: deixar-se devorar pelas garras do polvo tecnológico, que nos cerca por todos os lados, ou ousar exercer domínio sobre o tempo pessoal e reservar algumas horas à meditação, ao estudo, às amizades e à ociosidade amorosa. Há que decidir!

Frei Betto
(<http://domtotal.com/blog/>)

01. A pergunta “Qual o próximo centro financeiro?” sugere a antecipação da seguinte ideia:

- A) o espaço urbano será invadido por conflitos rurais
- B) há uma dinâmica biológica de rodízio entre os centros financeiros
- C) a China manifestou vontade de sediar a Organização das Nações Unidas
- D) o fim do embargo econômico a Cuba ampliou as fronteiras da América do Norte
- E) emergência de uma ordem internacional assentada em diversos centros financeiros

02. “O tempo se torna a única verdadeira raridade”. A apropriação acelerada do tempo se manifestará também no estilo do autor. Um aspecto que demonstra, no estilo do autor, a escassez do tempo é:

- A) excesso de informalidade
- B) predomínio de parágrafos curtos
- C) forte carga emotiva e confessional
- D) uso excessivo de algarismos romanos
- E) presença de perguntas sem respostas claras

03. O avanço da mercantilização da vida atualmente está explicitado em:

- A) “Nos séculos XIII e XIV, foi Bruges, com o advento do mercantilismo”
- B) “Em fins do século XVI e início do XVII, foi Gênova, verdadeiro paraíso fiscal”
- C) “O salário se gasta predominantemente em compra de serviços: educação, saúde, transporte e segurança”
- D) “Antes de 2030, todos se conectarão a todas as redes de informação por infraestruturas de alta fluidez, móveis e fixas, do tipo Google”
- E) “Náufragos da modernidade líquida, há uma luta a se travar no que se refere à subjetividade”

04. “Tudo indica que o poderio econômico dos EUA tende a encolher, suas empresas perdem mercados para a China”. O conectivo que melhor explicita a relação estabelecida entre as duas frases é:

- A) pois
- B) conforme
- C) mesmo assim
- D) apesar disso
- E) todavia

05. Em “**Ainda que** cercados de pessoas”, o elemento destacado expressa valor semântico de:

- A) lugar
- B) modo
- C) tempo
- D) conclusão
- E) concessão

06. O emprego do acento grave, indicativo de crase, é possível em:

- A) “há uma luta **a** se travar”
- B) “e, paradoxalmente, induz **a** solidão”
- C) “facilitam **a** redução do consumo de energia”
- D) “todos se conectarão **a** todas as redes de informação”
- E) “absorver o nosso tempo, **a** nossa atenção, até mesmo a nossa devoção”

07. O elemento destacado foi adequadamente substituído pelo pronome oblíquo correspondente em:

- A) suas empresas perdem **mercados** para a China/ perdem-los
- B) a urbanização invade **a zona rural**/ invade-la
- C) ao desligar **o celular**/ desligar-lhe
- D) A vida urbana comprime **multidões**/ comprime-as
- E) devoram **o tempo** das pessoas/ devoram-nas

08. Uma palavra que teve sua grafia alterada pelo último Acordo Ortográfico é:

- A) policêntrico
- B) infraestruturas
- C) nanotecnologia
- D) replanejamento
- E) janelinha

09. Uma crítica de cunho irônico pode ser observada em:

- A) “no século XVI, Antuérpia, graças à revolução gráfica de Gutenberg”
- B) “A agricultura se industrializa, a urbanização invade a zona rural, o tempo é mercantilizado”
- C) “Torna-se difícil distinguir entre trabalho, consumo, transporte, lazer e estudo”
- D) “O tempo se torna a única verdadeira raridade”
- E) “Do outro lado da janelinha eletrônica, o capital investido nas operadoras agradece tão veloz retorno...”

10. Em “Náufragos da modernidade líquida, há uma luta a se travar no que se refere à subjetividade”, a vírgula se justifica por:

- A) separar vocativo
- B) indicar enumeração
- C) marcar oração coordenada
- D) introduzir referência de lugar
- E) destacar oração justaposta

CONHECIMENTOS GERAIS

Para responder às questões de 11 a 18, considere as disposições da Lei Orgânica do Município de Saquarema.

11. O prefeito municipal deverá preparar para o sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da administração municipal no prazo de:

- A) até 60 dias após a publicação dos resultados das eleições
- B) até 30 dias antes das eleições municipais
- C) 30 dias a partir da posse do novo prefeito
- D) até 45 dias após a divulgação dos resultados das eleições
- E) em até 10 dias da diplomação do prefeito eleito

12. Os regulamentos dos concursos públicos para o município de Saquarema observarão a seguinte norma:

- A) correção de provas com identificação dos candidatos
- B) direito de revisão de provas quanto a erro material, por meio de recursos requeridos em prazo não superior a 72 horas
- C) permissão de prova oral eliminatória
- D) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período
- E) os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo

13. A acumulação remunerada de cargos públicos é permitida na seguinte hipótese:

- A) um cargo de engenheiro com outro de arquiteto
- B) dois cargos de professor
- C) dois cargos de professor com outro cargo técnico
- D) um cargo de profissional da saúde com outro cargo técnico ou científico
- E) dois cargos técnicos ou científicos com um de professor

14. A prática de atos de improbidade administrativa importará:

- A) na suspensão do exercício do cargo
- B) na advertência pública
- C) no cancelamento dos direitos políticos
- D) na indisponibilidade do cargo público
- E) na perda da função pública

15. A aposentadoria compulsória do servidor público municipal se dará:

- A) aos 75 anos de idade com proventos integrais
- B) aos 60 anos de idade após 35 anos de contribuição
- C) aos 70 anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição
- D) aos 75 anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de serviço público
- E) aos 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, no caso de mulheres

16. O retorno do servidor público ao cargo anteriormente ocupado, ou resultante de sua transformação em virtude da anulação da decisão judicial que fundamentara a demissão do servidor, é denominado:

- A) reversão
- B) adaptação
- C) remoção
- D) posse inversa
- E) reintegração

17. O artigo 89 da Lei Orgânica Municipal trata da estabilidade do servidor público. Essa norma deve ser compatível com as disposições da Constituição Federal de 1988, para a qual a estabilidade no serviço público se dará após:

- A) dois anos de efetivo exercício, após conclusão de estágio probatório
- B) três anos de efetivo exercício, após avaliação de desempenho realizada por comissão instituída com essa finalidade
- C) três anos de efetivo exercício, independentemente de aprovação em avaliação de desempenho
- D) dois anos de efetivo exercício, para os servidores ocupantes de cargos efetivos ou em comissão
- E) três anos de efetivo exercício para os servidores efetivos ou temporários

18. O serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprias, para executar atividades típicas da administração pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas é:

- A) o consórcio público
- B) fundação pública
- C) agência executiva
- D) secretaria de estado
- E) autarquia

19. É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar federal, o exercício da seguinte medida:

- A) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência
- B) manter contato com as entidades representativas das comunidades situadas na Região dos Lagos
- C) tornar obrigatório os plantões de farmácias e drogarias estabelecidas no município aos domingos e feriados, tendo a prefeitura a incumbência de organizá-los
- D) regulamentar e padronizar o serviço de táxi, inclusive o uso de taxímetro
- E) promover a integração política, social e cultural da Região dos Lagos, objetivando a união com os demais municípios no desenvolvimento e na solução dos problemas regionais

20. O ato administrativo expedido no caso de provimento ou vacância de cargo público é:

- A) o regimento
- B) a portaria
- C) a resolução
- D) o distrato
- E) o decreto

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com o Decreto nº 7.053 de 2009, o qual institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências, considera-se população em situação de rua o grupo populacional:

- A) heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória
- B) que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a alternância entre a estadia em residência própria e/ou de familiares e a estadia em logradouros públicos, de forma temporária devido ao possível uso/abuso de álcool e outras drogas, sendo acolhidos ainda em unidades de acolhimento de alta complexidade
- C) que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a alternância entre a estadia em residência própria e/ou de familiares e a estadia em logradouros públicos, de forma temporária devido ao possível uso/abuso de álcool e outras drogas, sendo acolhidos ainda em unidades de acolhimento de média complexidade
- D) sobre o qual destaca-se, no referido decreto, não haver consenso sobre a denominação, alternando-se o emprego de “população em situação de rua” e “população de rua”
- E) homogêneo, que possui em comum a pobreza relativa, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas desabitadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento familiar para pernoite temporário ou como moradia provisória

22. A Resolução nº 269/2006 do Conselho Nacional de Assistência Social, a qual institui a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social NOB-RH/SUAS 2006, destaca em sua introdução que “a criação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários - PCCS é uma questão prioritária a ser considerada”, pois este:

- A) garante a possibilidade de vigilância dos profissionais, possibilitando que se fiscalize se as atividades cumpridas estão em consonância com as previamente determinadas e se há o devido cumprimento da carga horária de trabalho
- B) pode ser considerado um instrumento de luta dos trabalhadores para a garantia de melhores salários e privilégios no âmbito do funcionalismo público
- C) ao contrário de promover atraso gerencial e inoperância administrativa, como alguns apregoam, se bem estruturado e corretamente executado é uma possibilidade que o trabalhador terá, de vislumbrar uma vida profissional contínua, na qual a qualidade técnica e a produtividade seriam variáveis chaves para a construção de um sistema exequível
- D) ao contrário de promover atraso gerencial e inoperância administrativa, como alguns apregoam, se bem estruturado e corretamente executado, é uma garantia que o trabalhador terá de vislumbrar uma vida profissional ativa, na qual a qualidade técnica e a produtividade seriam variáveis chaves para a construção de um sistema exequível
- E) é utópico, haja vista a reestruturação produtiva objetivada no processo de desemprego estrutural, terceirização e flexibilização dos postos de trabalho, no atual estágio da sociedade capitalista

23. A Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, elencando tais serviços por “níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade”. No ano de 2014, o Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução nº 13, realiza uma alteração na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais que se destina a incluir:

- A) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto como público-alvo dos serviços de média complexidade
- B) o Conselho Tutelar como um dos atores do Sistema de Garantia de Direitos
- C) os refugiados políticos como público-alvo das ações de Proteção Social Básica
- D) a “população em situação de rua” como público prioritário dos serviços de alta complexidade
- E) a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

24. Mota (2009), ao discorrer sobre a centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000, destaca como argumento central de seu ensaio que as políticas que integram a seguridade social brasileira:

- A) avançaram na articulação da proteção social brasileira; nesse contexto, se destaca a política de assistência social evidenciada como universal e não contributiva
- B) longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, conformam uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e a privatização das políticas de saúde e previdência, a assistência social se amplia, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil
- C) conformam uma unidade contraditória: ao mesmo tempo em que são demandadas por milhares de trabalhadores, sofrem com a falta de investimentos financeiros por parte do atual governo
- D) são parcas, seletivas, precarizadas e complexas, mas conformam a matéria-prima de trabalho do assistente social
- E) têm sofrido com o aumento do déficit da previdência social, pelo custeio da família do indivíduo que comete crime, bem como pelos gastos com o Programa Bolsa Família, que incentiva famílias pobres a não trabalhar

25. De acordo com os Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, propostos pelo Conselho Federal de Serviço Social, as competências específicas dos/das assistentes sociais abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis. No que se refere à dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos, pode-se considerar que essa dimensão:

- A) deve orientar-se pelo atendimento grupal a indivíduos e famílias, potencializando a orientação social, com vistas ao empoderamento dos indivíduos para a busca da coletividade e dos direitos sociais
- B) é prioritária no trabalho do assistente social já que esse profissional trabalha pela efetivação de direitos sociais
- C) não deve orientar-se pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da Psicologia), mas sim à potencialização da orientação social, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais
- D) deve estar afinada com o objetivo de tratar os desajustes sociais vivenciados por indivíduos e famílias pobres que, adaptados à dependência dos programas sociais não conseguem encaminhar uma vida autônoma proporcionada pela atividade de trabalho
- E) não deve orientar-se pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias, mas sim à potencialização da orientação social, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade ao mercado de trabalho formal

26. De acordo com o Art. 7º da Constituição Federal de 1988, o salário mínimo, fixado em lei como um direito do trabalhador, deve ser capaz de atender suas necessidades sociais básicas e as de sua família com:

- A) moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social
- B) habitação digna, alimentação, educação de qualidade, saúde, lazer, higiene, transporte e previdência social
- C) habitação e moradia, alimentação balanceada, educação, saúde, vestuário, higiene, transporte e previdência social
- D) saúde, previdência social, assistência social e educação em caráter suplementar
- E) os mínimos sociais elencados pela Organização Mundial de Saúde (OMS)

27. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, e da inclusão realizada pela Lei nº 12.010 de 2009, constarão do plano individual de atendimento, dentre outros:

- A) os resultados da avaliação intersetorial, os compromissos assumidos pelos pais ou responsáveis e a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsáveis, com vistas à reintegração familiar
- B) os resultados da avaliação interdisciplinar, os compromissos assumidos pelos pais ou responsáveis e a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsáveis com vistas à reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da equipe técnica do poder judiciário
- C) o parecer dos profissionais de Serviço Social, Psicologia, Medicina e Pedagogia
- D) a opinião da criança ou do adolescente e de seus pais ou responsáveis
- E) os resultados da avaliação interdisciplinar, os compromissos assumidos pelos pais ou responsáveis e a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsáveis, com vistas à reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, às providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária

28. A partir das alterações realizadas pela Lei nº 12.435/2011, no texto da Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, no que tange ao Art. 2º, o qual destaca os objetivos da assistência social, o Parágrafo Único passa a vigorar com a seguinte redação:

- A) a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais
- B) a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas sociais setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos socioassistenciais
- C) para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais
- D) a assistência social para o enfrentamento da pobreza realiza-se de forma integrada às políticas sociais setoriais voltadas ao provimento de garantias universais destinadas a atender contingências sociais e a focalização de direitos
- E) a lei de 2011 não promove alterações na redação do Parágrafo Único do Art. 2º da Lei Orgânica da Assistência Social

29. De acordo com a Lei nº 8.662/1993, a qual dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, o exercício da profissão de assistente social requer:

- A) formação de nível superior em instituições de ensino que articulem ensino, pesquisa e extensão
- B) prévio registro nos conselhos federais que tenham jurisdição sobre todo o território nacional
- C) prévio registro nos conselhos regionais que tenham jurisdição no território nacional e na área de formação do interessado
- D) formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-interventiva para atuação sobre as diversas expressões da questão social
- E) prévio registro nos conselhos regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado

30. De acordo com a Lei nº 12.594, a qual institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), compete aos municípios:

- A) formular, instituir, coordenar e manter o Sistema de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo estado
- B) elaborar o Plano de Atendimento Socioeducativo
- C) cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer, de acordo com a possibilidade do município, os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema
- D) criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto
- E) cofinanciar, junto aos estados, vagas em unidades de privação e restrição de liberdade para adolescentes residentes em seus municípios

31. Tendo por base o atual Código de Ética do Assistente Social, compreende-se que o princípio fundamental, relativo ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, está relacionado:

- A) à garantia de instalações físicas adequadas ao exercício profissional
- B) à socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida
- C) à recusa do arbítrio e do autoritarismo
- D) ao aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional
- E) ao respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual

32. Fávero (2006), ao analisar a origem dos estudos sociais a respeito da realidade sociofamiliar de crianças e adolescentes, destaca a particularidade que caracterizou esse instrumental, o qual apontava numa direção:

- A) coercitiva e disciplinadora da ordem social
- B) voltada à efetivação de direitos
- C) policialesca de proteção à família trabalhadora
- D) de efetivação de direitos mediante contribuição
- E) crítica e propositiva

33. Netto (2001), ao analisar a expressão “questão social”, refere que esta, a partir da segunda metade do século XXI, deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ideopolítico. Nesse contexto, o autor ressalta que essa expressão desliza para o vocabulário próprio do pensamento:

- A) histórico-crítico dialético
- B) conservador
- C) pautado pelas lutas da classe trabalhadora
- D) científico
- E) pós-moderno

34. Pereira (2014), ao analisar criticamente a intersetorialidade das políticas sociais a partir da perspectiva dialética, conclui que a intersetorialidade não é uma estratégia técnica, administrativa ou simplesmente de boa prática gerencial, mas se refere a um processo eminentemente:

- A) social de aglutinação e troca de saberes
- B) político de partilha e troca de saberes
- C) científico de partilha e troca de saberes
- D) social de capacidade de convívio e respeito acadêmico mútuo
- E) político e, portanto, vivo e conflituoso

35. Couto (2009), destaca dois instrumentos jurídico-legais que são essenciais na formulação de projeto de trabalho profissional relativo ao Serviço Social. Tais instrumentos são:

- A) a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social
- B) a Lei Orgânica da Assistência Social e o Estatuto da Criança e do Adolescente
- C) a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética do Assistente Social
- D) a Lei de Regulamentação da Profissão e as legislações referentes à Seguridade Social
- E) o Código de Ética do Assistente Social e os Parâmetros para a atuação do Assistente Social (na Saúde e na Assistência Social)

36. De acordo com Barroco (2007), o Serviço Social é um fenômeno típico da sociedade capitalista em seu estágio monopolista. Sendo assim, a autora ressalta que o desvelamento da natureza da ética profissional só adquire objetividade se analisada:

- A) em função das necessidades dos trabalhadores
- B) em função das necessidades e possibilidades inscritas nas relações sociais capitalistas
- C) a partir do conceito de conflitualidade
- D) na interseção entre o real e o subjetivo
- E) no bojo das relações entre o conflito capital x trabalho no período pós-reestruturação produtiva

37. Behring (2008), ao analisar o que caracteriza como “contrar-reforma do Estado”, destaca alguns exemplos do desmonte do Estado no Brasil, que ocorreu, segundo a autora, na perspectiva da adaptação do país à dinâmica do capitalismo contemporâneo na busca dos superlucros. Sendo assim, a “saída da crise” no cenário contemporâneo estaria relacionada:

- A) à redução de custo, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação dessas relações, inclusive no que se refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais
- B) ao fortalecimento das relações contratuais de trabalho pela via da terceirização, a qual flexibiliza a contratação de mão-de-obra, ainda que reconfigure os direitos dos trabalhadores e a proteção social
- C) à radicalização do desmonte dos direitos sociais historicamente conquistados e ao visível aumento da oferta de empregos informais e incentivo da proteção social privada
- D) à redução de custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação dessas relações, no entanto mantendo-se forte no que se refere à proteção social pela via dos programas de transferência de renda
- E) ao aumento de custos por meio da terceirização que tem provocado o adoecimento de milhares de trabalhadores e demandado do Estado o aumento nos investimentos relativos à proteção social, sobretudo no que tange a políticas inscritas na seguridade social

38. Behring e Boschetti (2009), ao destacarem no processo de reforma do Estado o Programa de Publicização, referem que este se expressou, dentre outras formas, na regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas. Nesse contexto, as autoras ressaltam que essa nova arquitetura na área social, ignorando o conceito de seguridade social, combinou-se ao:

- A) processo de profissionalização dos trabalhadores do SUAS
- B) setor caritativo e à filantropia visando ao do ideal de bem comum por meio do trabalho voluntário parcialmente remunerado
- C) serviço voluntário, o qual desprofissionaliza a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não remunerado
- D) serviço voluntário, o qual desprofissionaliza a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao desenvolvimento sustentável, que credita exclusivamente aos trabalhadores a responsabilidade por sua sobrevivência
- E) serviço voluntário com trabalhadores com vínculos precarizados, movimento que desprofissionaliza a intervenção nessas áreas, remetendo-as às descontinuidades políticas, programáticas e orçamentárias relegadas ao setor privado das ONG

39. Netto (2008), ao dissertar sobre a construção do projeto ético-político do Serviço Social, analisa criticamente os projetos profissionais. O autor afirma que os referidos projetos são elaborados mediante a da organização de um sujeito coletivo, ou seja, a categoria profissional, a qual compreende:

- A) os profissionais da prática, que lidam diariamente com os usuários das políticas sociais
- B) os sindicatos profissionais que devem ser reconhecidos como genuínos sujeitos políticos
- C) não apenas os profissionais da prática, mas também as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e gestores das políticas sociais
- D) não apenas os profissionais da prática, mas também as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais
- E) não apenas os profissionais da prática, mas também as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes, os usuários, os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais

40. Mioto (2009), ao analisar criticamente a orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias, aponta que as ações socioeducativas, no âmbito dos processos socioassistenciais, se estruturam sobre dois pilares, quais sejam:

- A) um relacionado à socialização de informações e outro referente ao processo de apropriação destas, que se dá pelo fortalecimento da postura política dos usuários
- B) um relacionado à publicização de informações por meio das instâncias de controle social e outro relacionado ao exercício de apropriação dessas informações mediante a participação social dos usuários
- C) um relacionado à socialização de informações e outro referente ao processo reflexivo desenvolvido na trajetória da relação estabelecida entre profissionais e usuários
- D) um relacionado ao processo reflexivo possibilitado pelo trabalho coletivo com grupos e outro relacionado à apropriação individual possibilitado pelos instrumentais inscritos nas abordagens individuais, a exemplo das entrevistas
- E) o primeiro pilar se refere a empatia conquistada junto ao usuário e o segundo pilar se refere à confiança recíproca estabelecida entre usuário e instituição

41. Iamamoto e Carvalho (2005), ao se debruçarem sobre a análise dos fundamentos do Serviço Social no Brasil, apontam que a formação técnica especializada para a prática da assistência surge, no Rio de Janeiro, a partir de iniciativas variadas. Diferindo, inclusive, das ações desenvolvidas na cidade de São Paulo, apesar da diversidade, as iniciativas de profissionalização no Rio de Janeiro apresentam um referencial comum, o qual se refere a uma participação intensa de instituições:

- A) ligadas à ala progressista da igreja católica
- B) privadas do tipo filantrópicas
- C) ligadas ao movimento operário
- D) filiadas ao inicial movimento feminista que despontava no Brasil na década de 1930
- E) públicas

42. Iamamoto (2008), ao refletir sobre o início da profissionalização do Serviço Social, no Brasil, credita esse processo à:

- A) expansão da filantropia
- B) expansão da produção e relações sociais capitalistas, impulsionadas pela industrialização e urbanização, que trazem no seu verso, a questão social
- C) cientificação e aperfeiçoamento técnico da filantropia e à incorporação das tradicionais formas de ajuda pelo Estado, como meio de controle dos pobres
- D) demanda pela atuação profissional criada por meio da proposição de instituições sociais pelo Estado, a partir do princípio de garantia de direitos sociais à classe trabalhadora
- E) evidência e ao aprofundamento das diversas expressões da questão social, as quais necessitavam de intervenções que se afinassem aos princípios ético-morais da igreja católica

43. Segundo o atual Código de Ética do Assistente Social, no que concerne às relações com as instituições empregadoras e outras, contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária constitui, para o assistente social:

- A) um dever
- B) um direito
- C) uma competência
- D) uma atribuição privativa
- E) uma prerrogativa

44. Iamamoto (2009), ao analisar os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, propõe reflexões sobre a condição desse profissional como trabalhador assalariado. A autora ressalta que se verificam tensões entre o projeto profissional que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares. Nesse contexto, a estudiosa afirma que se rerepresenta o clássico dilema entre:

- A) capital x trabalho
- B) indivíduo singular x ser humano genérico
- C) causalidade x teleologia
- D) homem x máquina
- E) capitalismo x socialismo

45. Mioto (2009), ao analisar a proposição por assistentes sociais de estudos socioeconômicos/estudos sociais, informa que os referidos instrumentais, dotados de uma dupla dimensão, expressam a apropriação pelos profissionais dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, em determinado momento histórico. Partindo das reflexões empreendidas pela autora, a dupla dimensão que estaria contida nos estudos socioeconômicos/estudos sociais relaciona-se tanto, a uma dimensão:

- A) total para a análise da vida privada quanto uma dimensão da especialidade para compreensão da vida pública
- B) social quanto uma dimensão profissional
- C) operativa quanto uma dimensão ética
- D) interventiva quanto uma dimensão conclusiva
- E) operativo-conclusiva quanto uma dimensão ético-política

46. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com as alterações e acréscimos realizados nessa legislação pela Lei nº 12.010/2009, no que se refere ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária, a permanência de crianças e adolescentes em programa de acolhimento institucional não poderá se prolongar por mais de:

- A) 6 (seis) meses, devendo ter sua situação reavaliada a cada 6 (seis) meses.
- B) 2 (dois) anos, devendo ter sua situação reavaliada no máximo a cada 2 (dois) anos.
- C) 45 (quarenta e cinco) dias, devendo ter sua situação reavaliada no máximo a cada 15 (quinze) dias.
- D) 45 (quarenta e cinco) dias, devendo ter sua situação reavaliada no máximo a cada 45 (quarenta e cinco) dias.
- E) 2 (dois) anos, devendo ter sua situação reavaliada no máximo a cada 6 (seis) meses.

47. De acordo com o Art. 7º do Decreto nº 7.053/2009, um dos objetivos da Política Nacional para População em Situação de Rua é:

- A) democratizar o acesso e fruição dos espaços e serviços públicos
- B) promover atendimento humanizado e universalizado
- C) promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais
- D) instituir a contagem oficial da população em situação de rua
- E) implantar e ampliar as ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento desse grupo populacional

48. Considerando o disposto na Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social, a qual aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, pode-se considerar como um Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade o:

- A) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- B) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
- C) Serviço de Acolhimento em República
- D) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
- E) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Privação e Restrição de Liberdade

49. A Resolução nº 269/2006 do Conselho Nacional de Assistência Social, a qual institui a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social NOB-RH/SUAS 2006, destaca uma ação essencial no âmbito do SUAS, a qual se refere a uma política de:

- A) capacitação dos trabalhadores públicos e da rede prestadora de serviços, gestores e conselheiros da área
- B) financiamento, que deve contar com a participação dos trabalhadores públicos e da rede prestadora de serviços, gestores e conselheiros da área, no que tange a fiscalização e controle social
- C) autonomia de financiamento/gestão dos serviços socioassistenciais, que deve contar com a participação dos trabalhadores públicos e da rede prestadora de serviços, gestores e conselheiros da área
- D) fiscalização dos trabalhadores públicos e da rede prestadora de serviços, gestores e conselheiros da área
- E) saúde e cuidado com os trabalhadores públicos e da rede prestadora de serviços, gestores e conselheiros da área

50. Mota, Maranhão e Sitcovsky (2009), ao refletirem sobre as tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional, ressaltam que, em momentos de crise, a assistência social incide tanto junto aos pobres e miseráveis quanto aos desempregados e desqualificados para o mercado de trabalho. Nesse contexto, os autores argumentam que a Política de Assistência Social estaria assumindo uma condição peculiar perante as demais políticas sociais, expressando-se como uma política:

- A) intersetorial junto às demais políticas sociais como emprego e renda, qualificação profissional dentre outras
- B) estruturadora das demais políticas sociais como emprego e renda, qualificação profissional dentre outras
- C) financiadora das demais políticas sociais como emprego e renda, qualificação profissional dentre outras
- D) auxiliar às demais políticas sociais como emprego e renda, qualificação profissional dentre outras
- E) suplementar às demais políticas sociais como emprego e renda, qualificação profissional dentre outras